

Sendas Distribuidora S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31 de
Dezembro de 2018 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre a Revisão das
Demonstrações Financeiras*

Ernst & Young Auditores Independentes

Sendas Distribuidora S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	1
Mensagem da Administração	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	7
Demonstrações do resultado abrangente.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Sendas Distribuidora S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sendas Distribuidora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,



concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Antonio Humberto Barros dos Santos
Contador CRC-1SP161745/O-3

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Sendas Distribuidora S.A. opera por meio da bandeira Assaí e atua no segmento de atacado de autosserviço, com foco na comercialização de produtos que atendam às necessidades tanto de consumidores pessoa jurídica (como micro e pequenas empresas) como consumidores finais. Com mais de sete mil itens, as lojas oferecem variados produtos de marcas nacionais e internacionais nas categorias de mercearia, alimentos, perecíveis, embalagens, bazar, higiene, bebidas e limpeza. Além disso, a Sendas opera postos de combustíveis.

Em 2018, registramos sólido e elevado crescimento de vendas, além de reforçar a presença nacional. A receita bruta totalizou R\$ 25,1 bilhões em 2018, forte expansão de 24%, resultado do sucesso das estratégias comerciais e dos ganhos de volume e fluxo de clientes nas lojas do Assaí. Além disso, mantivemos o acelerado ritmo de abertura com 18 novas lojas da bandeira Assaí, encerrando o ano com um portfólio de 144 lojas, além de 6 postos de combustíveis.

A alta assertividade da localização destas lojas levou a um desempenho acima do esperado e o maior patamar de venda por m² dos últimos cinco anos. Além disso, o Assaí passou a compor a lista das Marcas Brasileiras Mais Valiosas no ranking da Interband.

Registramos um lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão em 2018, significativa evolução de 115% em relação a 2017, com margem líquida de 4,8%.

Em 2019, manteremos nossa estratégia expansionista, com perspectiva de abertura de 15 a 20 novas lojas da bandeira Assaí, reforçando a presença nacional da bandeira.

A Administração

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhões de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Circulante			Reapresentado	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.411	891	589
Contas a receber	7	137	203	162
Outras contas a receber	8	64	42	119
Estoques	9	2.235	1.755	1.472
Impostos a recuperar	10	338	216	102
Instrumentos financeiros derivativos	15.1	43	-	-
Total do ativo circulante		4.228	3.107	2.444
Não circulante				
Outras contas a receber	8	43	229	226
Impostos a recuperar	10	929	277	104
Impostos de renda e contribuição social diferidos	20.2	-	1	1
Instrumentos financeiros derivativos	15.1	9	16	-
Partes relacionadas	11	11	12	29
Depósitos judiciais	17.7	118	120	96
Imobilizado	12	3.603	2.825	2.111
Intangível	13	1.013	749	733
Total do ativo não circulante		5.726	4.229	3.300
TOTAL DO ATIVO		9.954	7.336	5.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhões de reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Circulante			Reapresentado	Reapresentado
Fornecedores	14	3.607	2.770	2.160
Empréstimos e financiamentos	15.1	680	27	194
Salários e encargos sociais		246	198	160
Partes relacionadas	11	104	95	153
Impostos e contribuições sociais a recolher		127	61	63
Aluguéis a pagar		1	8	10
Receitas antecipadas	19	158	104	84
Outros passivos circulantes		142	64	135
Total do passivo circulante		5.065	3.327	2.959
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	15.1	107	460	137
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.2	323	136	59
Provisão para demandas judiciais	17	236	284	254
Receitas antecipadas	19	4	-	-
Outros passivos não circulantes		10	11	8
Total do passivo não circulante		680	891	458
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	21.1	2.351	2.252	1.896
Reserva de capital		16	8	4
Reservas de lucros		1.842	858	427
Total do patrimônio líquido		4.209	3.118	2.327
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		9.954	7.336	5.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhões de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	22	23.017	Reapresentado 18.544
Custo das mercadorias vendidas	23	(18.845)	(15.585)
Lucro bruto		4.172	2.959
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	(2.057)	(1.685)
Despesas gerais e administrativas	23	(278)	(237)
Depreciações e amortizações		(234)	(176)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(8)	(82)
		(2.577)	(2.180)
Lucro antes do resultado financeiro líquido		1.595	779
Resultado financeiro líquido	25	(7)	(48)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.588	731
Imposto de renda e contribuição social	20.1	(489)	(219)
Lucro líquido do exercício		1.099	512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhões de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	1.099	512
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>1.099</u>	<u>512</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhões de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros			Total
	Capital social	Opções de compras	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016 anteriormente apresentado	1.896	4	44	385	-	2.329
Ajuste de aplicação retrospectiva (nota 4.1.3)	-	-	-	-	(2)	(2)
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.896	4	44	385	(2)	2.327
Aumento de capital com imóveis (nota 21.1)	288	-	-	-	-	288
Aumento de capital (nota 21.1)	68	-	-	-	-	68
Opções de ações outorgadas (nota 21.4)	-	4	-	-	-	4
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	512	512
Juros sobre capital próprio (nota 21.2)	-	-	-	(81)	-	(81)
Reserva legal (nota 21.3)	-	-	26	-	(26)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	486	(486)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 - Reapresentado	2.252	8	70	790	(2)	3.118
Aumento de capital com imóveis (nota 21.1)	99	-	-	-	-	99
Opções de ações outorgadas (nota 21.4)	-	8	-	-	-	8
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.099	1.099
Juros sobre capital próprio (nota 21.2)	-	-	-	(115)	-	(115)
Reserva legal (nota 21.3)	-	-	55	-	(55)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	1.042	(1.042)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.351	16	125	1.717	-	4.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhões de reais)

	2018	2017
		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.099	512
Ajuste para reconciliação do lucro líquido		
Impostos de renda e contribuição social diferidos	188	77
Perda na alienação do imobilizado	39	45
Depreciações e amortizações	244	186
Juros e variações monetárias	47	33
Provisão para demandas judiciais	(46)	14
Pagamento baseado em ações	8	4
Perda para obsolescência e quebras	(3)	1
Receita antecipada	(143)	(92)
Reversão de provisão para não realização	(369)	-
	1.064	780
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	66	(39)
Estoques	(477)	(284)
Impostos a recuperar	(161)	(174)
Depósitos judiciais	-	(22)
Outros ativos	(67)	75
Fornecedores	895	673
Salários e encargos sociais	48	37
Partes relacionadas	10	(41)
Provisão para demandas judiciais	(6)	(4)
Impostos e contribuições a recolher	66	(2)
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(244)	(113)
Receita antecipada	201	111
Demais contas a pagar	71	(60)
	402	157
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.466	937
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.023)	(717)
Aquisição de bens do ativo intangível	(41)	(23)
Venda de bens do imobilizado	22	1
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(1.042)	(739)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	68
Captação de empréstimos	417	338
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(206)	(221)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(115)	(81)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	96	104
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	520	302
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.411	891
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	891	589
	520	302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Sendas Distribuidora") tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de suas lojas, representada pela bandeira "ASSAI". A Companhia possui sede no Estado do Rio de Janeiro, município de São João de Meriti.

A Companhia faz parte do Grupo ("Grupo" ou "GPA"), controlado pela Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD").

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais - R\$. A moeda funcional da Companhia é o Real - R\$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria em 29 de março de 2019.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

3.1.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") – ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

• **Ativos financeiros mensurados a VJR:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros ao VJORA:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

3.1.2 Perda no valor recuperável de Ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja a carteira de recebíveis é pulverizada, CDCl e aluguéis a receber, é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de *rating* quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

• **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

• **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

• **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável:** Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".

• **Contas a receber e ativos contratuais:** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- Status de inadimplência risco de *default* e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

3.1.3 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3.1.4 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

A nota explicativa nº16 contém informações adicionais sobre os instrumentos financeiros e detalhes sobre o modo como são mensurados.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela Bolsa de Valores de São Paulo (B3 – Brasil, Bolsa, Balcão) e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

3.5 Contas a receber

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito para as operações continuadas e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras, principalmente a carteira de clientes das operações descontinuadas.

Para todas as carteiras há a consideração das perdas estimadas, que são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, aplicando o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia avalia se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

3.6 Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

3.7 Bonificações

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas no resultado do exercício à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de bonificações.

3.8 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("*WACC*") que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

3.9 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Taxa média de depreciação anual em %
Edifícios	2,50
Benfeitorias e melhorias	4,17
Equipamentos de processamento de dados	21,72
Software	10,74
Instalações	6,99
Móveis e utensílios	11,3
Máquinas e equipamentos	11,63

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2018 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

3.10 Capitalização de juros

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data de entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno e fundo de comércio (direito de uso das lojas).

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos) de acordo com a taxa de amortização descrita no quadro da nota explicativa nº3.9, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

3.12 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

3.13 Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 20 anos.

A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente os riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

3.15 Receitas antecipadas

As receitas antecipadas são reconhecidas pela Companhia como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço junto aos parceiros comerciais.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3.16 Patrimônio líquido

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.17 Apuração do lucro líquido

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

3.17.1 Receita

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia é provável, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia na venda de recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

c) Receita de juros

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

3.17.2 Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das bonificações recebidos de fornecedores, das movimentações nos estoques e dos custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

3.17.3 Despesas de vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, entre outras.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de bonificação reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

3.17.4 Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

3.17.5 Outras despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

3.17.6 Despesas e receitas financeiras

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa, por depósitos judiciais e pelos ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

3.18 Tributação

3.18.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

3.18.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todas as diferenças temporárias dedutíveis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para aplicação no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor no encerramento dos exercícios.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

3.18.3 Outros impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

4 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo CPC e normas publicadas ainda não vigentes

4.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2018, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2018. As principais alterações da Companhia são:

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição	Impacto
CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes	Implementa um modelo com base em princípios. Um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduce também novas divulgações.	Reclassificação entre linhas do resultado de bonificações recebidas de fornecedores. Vide nota explicativa nº4.1.3.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	Reclassificações de ativos financeiros com efeito no Patrimônio Líquido e aumento das perdas por redução ao valor recuperável. Vide nota explicativa nº4.1.3.
CPC 10 – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações	Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações.	Reclassificação dos impostos retidos para patrimônio líquido. Vide nota explicativa nº4.1.3.
Melhorias ao IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou <i>Joint Venture</i>	Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou <i>Joint Venture</i> , o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida em que a transação for com um terceiro não relacionado.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.

4.1.1 CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47, com efeito de adoção inicial da norma com efeitos retrospectivos (ou seja, 1º de janeiro de 2017).

O efeito da adoção do CPC 47 se refere a classificação de bonificações recebidas de fornecedores como redutores do custo de venda, ao invés de redutores das despesas administrativas e de vendas (vide nota explicativa nº4.1.3).

4.1.2 CPC 48 Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

i) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

Instrumentos de dívida ao VJORA: Em 31 de dezembro de 2017 o montante nas operações era de R\$1.

Transição - As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo.

- As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial.
- A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- A designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
- As determinações das variáveis relacionadas as estimativas de perda dos valores recuperáveis.
- A designação de certos investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação a VJORA.
- Todas as relações de *hedge* designadas no CPC 38 em 31 de dezembro de 2017 atendiam aos critérios para contabilidade de *hedge* nos termos do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 e são, portanto, consideradas como relações de *hedge* contínuas.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

4.1.3 Apresentação dos efeitos retrospectivos da aplicação dos pronunciamentos

O efeito da adoção retrospectiva do CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes, o CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1 de janeiro de 2017, com impactos nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017, estão apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial

	01/01/2017		
	Original- mente apresenta- do	Efeitos CPC 48	Reapre- sentado
Contas a receber	164	(2)	162
Outras contas a receber	120	(1)	119
Total do ativo circulante	2.447	(3)	2.444
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	1	1
Total do ativo não circulante	3.299	1	3.300
Total do ativo	5.746	(2)	5.744
Patrimônio líquido	2.329	(2)	2.327
Total do Patrimônio líquido	2.329	(2)	2.327

Balanco Patrimonial

	31/12/2017		
	Original- mente apresenta- do	Efeitos CPC 48	Reapre- sentado
Contas a receber	205	(2)	203
Outras contas a receber	43	(1)	42
Total do ativo circulante	3.110	(3)	3.107
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	1	1
Total do ativo não circulante	4.228	1	4.229
Total do ativo	7.338	(2)	7.336
Patrimônio líquido	860	(2)	858
Total do Patrimônio líquido	3.120	(2)	3.118

Demonstração do Resultado

	31/12/2017		
	Original- mente apresenta- do	Efeitos CPC 47	Reapre- sentado
Receita operacional líquida	18.544	-	18.544
Custo das mercadorias vendidas	(15.596)	11	(15.585)
Lucro bruto	2.948	11	2.959
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas	(1.674)	(11)	(1.685)
Outras despesas operacionais, líquidas	(495)	-	(495)
	(2.169)	(11)	(2.180)
Lucro antes do resultado financeiro	779	-	779
Lucro líquido do exercício	512	-	512

Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2017		
	Original- mente apresenta- do	Efeitos CPC 48	Reapre- sentado
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber	(41)	2	(39)
Outros ativos	74	1	75
Demais contas a pagar	(59)	(1)	(60)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	937	2	939

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente os CPC's novos e revisados a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em/após
CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo.	01/01/2019
CPC 32 - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro	Clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - <i>Income Taxes</i> .	01/01/2019

4.2.1 CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, que substitui o CPC 06 (R1) - Operações de arrendamento mercantil, elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019; exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e de um passivo financeiro relativo aos pagamentos de aluguéis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento. Despesas com arrendamento operacional são substituídas por despesas de depreciação relacionadas ao direito de uso e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento.

Anteriormente, a Companhia reconhecia principalmente despesas de arrendamento operacional pelo método linear pelo prazo do arrendamento e reconhecia os ativos e os passivos somente na medida em que houvesse uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel. Assim, indicadores de desempenho como o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) e, em menor medida, o resultado operacional serão positivamente impactados; inversamente, o resultado financeiro será impactado negativamente. Por fim, o lucro líquido também será afetado, pois a despesa total de aluguel é geralmente maior no início do contrato e diminui ao longo do tempo, ao contrário de um encargo linear sob o padrão atual. Adicionalmente, o caixa líquido das atividades operacionais será maior, uma vez que os pagamentos em dinheiro pela parte principal do passivo de arrendamento e os juros relacionados serão classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A Companhia detém principalmente arrendamentos de imóveis, representando uma despesa de aluguel mínimo não cancelável de R\$197 de um total de R\$227 para o final do ano de 2018. A adoção da norma CPC 06 (R2) impactará principalmente o reconhecimento de arrendamentos operacionais para as lojas e Centros de Distribuição da Companhia, particularmente aqueles associados às suas operações de atacado.

Em 2018, a Companhia continuou a coletar e analisar os dados necessários para a aplicação do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. A Companhia está implementando um *software* para garantir o monitoramento operacional e financeiro totalmente integrado desses arrendamentos. A implementação do *software* será finalizada no primeiro trimestre de 2019.

A Companhia decidiu adotar a abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável. Como resultado, os períodos comparativos serão rerepresentados.

A Companhia optou em aplicar as duas isenções de reconhecimento propostas pela norma nos seguintes contratos:

- Locações de bens de curto prazo.
- Arrendamentos de propriedade relacionados a ativos de baixo valor.

Aluguéis não incluídos na avaliação inicial do passivo (por exemplo, aluguéis variáveis) são classificados como despesas operacionais, assim como os encargos relacionados a arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O prazo do arrendamento será o período legalmente aplicável do contrato e levará em conta as opções de rescisão e renovação por vias judiciais, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo.

A taxa de desconto utilizada para calcular o direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil será determinada com base em alguns dados históricos que sejam diretamente atribuíveis à Companhia e / ou diretamente observáveis do mercado, tais como:

- A taxa de endividamento histórica (*Spread* de risco da Companhia) na aquisição de ativos similares e o endividamento da Companhia; e

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

- A curva futura livre de risco por prazo de vencimento.

O impacto estimado no balanço patrimonial de abertura a partir de 1º de janeiro de 2019 levaria a:

- Um aumento de ativos (principalmente através do reconhecimento de um direito de uso) de R\$0,9 bilhão.
- O reconhecimento de um passivo financeiro de arrendamento de R\$1,1 bilhão.
- Um aumento no imposto diferido ativo de R\$1,0 milhão.
- Uma diminuição no patrimônio líquido (líquido de impostos) de R\$0,1 bilhão.

O impacto estimado na reapresentação do resultado de 2018 levaria a:

- Uma reversão da despesa de arrendamentos de R\$0,2 bilhão.
- Reconhecimento de despesa de amortização do direito de uso de R\$0,1 bilhão.
- Reconhecimento de despesa de juros de R\$0,1 bilhão.
- Diminuição do lucro líquido de R\$1,9 milhão.

A Companhia optou por uma apresentação do direito de uso e do passivo financeiro dos arrendamentos em linha separada no balanço patrimonial.

Dada a complexidade deste novo pronunciamento, certos temas ainda estão sendo discutidos no mercado. Assim, os valores acima apresentados podem sofrer alterações até a sua adoção inicial no 1º trimestre de 2019, pois as estimativas da Companhia podem ser impactadas caso certas premissas sejam alteradas em discussões na adoção pelo mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou compromissos relativos aos pagamentos mínimos não canceláveis de arrendamento de R\$44 de acordo com a CPC 06 (R1) (nota explicativa nº18.1), que correspondiam principalmente a imóveis, como lojas e Centros de Distribuição utilizados como locatário em suas atividades. A diferença entre o compromisso fora do balanço patrimonial e a estimativa da dívida de aluguéis do CPC 06 (R2) em imóveis deve-se principalmente a:

- alteração do critério de mínimo cancelável nos termos do CPC 06 (R1), para razoavelmente certo nos termos do CPC 06 (R2).
- cálculo do valor presente dos fluxos de aluguéis no termo do CPC 06 (R2) comparado com os fluxos nominais do CPC 06 (R1).

Dada a falta de uma posição regulatória para os métodos de aplicação de testes de *impairment*, a Companhia não realizou um novo teste de *impairment* levando em consideração os efeitos do CPC 06 (R2).

4.2.2 CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

O CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foi emitida em 2018 com o intuito de esclarecer a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019. Não haverá impacto significativo com a adoção dessa norma.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

5 Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5.1 Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Conforme método divulgado na nota nº3.8 a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

a) Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (35%), representativo de transações entre empresas de atacado. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja, sendo em média 6,0% (6,6% em 2017) para os próximos cinco anos e taxa de desconto de 9,8% (9,9% em 2017) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

b) Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado na UGC que também é um segmento operacional que divulga informações.

O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,1%, e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5,5% para o varejo e para o atacado (5,5% em 31 de dezembro de 2017). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

5.2 Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46, que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e no encerramento dos exercícios.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

5.3 Impostos sobre a renda e contribuição social

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável e os créditos tributários poderão ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pela Administração.

Para os casos em que não se consegue justificar a realização de benefícios, o potencial de crédito de imposto de renda e da contribuição social diferidos é baixado. Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras.

A nota explicativa nº20 fornece outros detalhes sobre impostos.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5.4 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos (vide nota explicativa nº17) e as provisões para as demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

5.5 Impostos a recuperar

A Companhia possui saldos de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS próprio, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS. A realização destes impostos é efetuada tendo-se como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pela Companhia. Vide nota explicativa nº10 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

5.6 Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e contas bancárias	52	144
Aplicações financeiras	1.359	747
Total	1.411	891

Em 31 de dezembro de 2018 as aplicações financeiras, correspondem às operações compromissadas, remuneradas pela média ponderada de 86,47% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (98,12% do CDI em 31 de dezembro de 2017) e resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias, contados da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

7 Contas a receber

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			Reapresentado
Proveniente de vendas com:			
Administradoras de cartões de crédito	7.1	17	106
Tickets de vendas e outros		49	56
Contas a receber com partes relacionadas	11	38	9
Contas a receber de fornecedores/ boletos		37	33
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7.2	(4)	(1)
		137	203

7.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, antecipa o recebimento do valor junto às administradoras, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada.

7.2 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2018	31/12/2017
No início do período	(1)	(1)
Ajuste relacionado ao IFRS 9	-	(1)
Saldo inicial reapresentado	(1)	(2)
Perdas/reversão registrada no exercício	(3)	1
No fim do exercício	(4)	(1)

Abaixo apresentamos a composição das contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos		
			Até 30 dias	Até 60 dias	> 60 dias
31/12/2018	137	127	2	-	8
31/12/2017	203	199	3	1	-

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

8 Outras contas a receber

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Aluguéis a receber - Galerias Comerciais		78	52
Paes Mendonça	8.1	-	195
Outros		29	24
		<u>107</u>	<u>271</u>
Circulante		64	42
Não circulante		43	229

8.1 Contas a receber – Paes Mendonça

O contas a receber Paes Mendonça estava vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. O saldo foi compensado com o valor do prêmio que a Companhia aceitou pagar pela renovação em Setembro de 2018 do direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos, representando o reconhecimento de um intangível com vida útil definida (vide nota explicativa nº13.1). Foram repactuados juros anteriormente suspensos relacionados ao contrato anterior no montante de R\$37, reconhecidos como receita financeira.

9 Estoques

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Lojas		1.724	1.397
Centrais de distribuição		545	395
Perdas com estoques	9.2	(34)	(37)
		<u>2.235</u>	<u>1.755</u>

9.1 Bonificação em estoque e custos de armazenagem

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores e os custos das centrais de distribuição na medida em que o estoque que deu origem a bonificação ou aos custos de armazenagem se realiza. Em 31 de dezembro de 2018, o valor de bonificações não realizadas, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$255 (R\$188 em 31 de dezembro de 2017).

9.2 Perdas com estoques

	31/12/2018	31/12/2017
No início do exercício	(37)	(36)
Adições	(207)	(190)
Baixas	210	189
No final do exercício	<u>(34)</u>	<u>(37)</u>

10 Impostos a recuperar

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
ICMS	10.1	1.008	699
Provisão para não realização do ICMS	10.1	(28)	(369)
PIS/COFINS	10.2	250	132
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS		29	28
Imposto de renda e contribuição social		6	-
Outros		2	3
Total		<u>1.267</u>	<u>493</u>
Circulante		338	216
Não circulante		929	277

A Companhia registra créditos de ICMS, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas”.

10.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS

Em 2017, a Companhia revisitou sua posição quanto ao reconhecimento do ressarcimento de ICMS Substituição Tributária (“ICMS-ST”) relacionado a períodos anteriores, tendo em vista a apuração deste crédito sobre as vendas realizadas desde novembro de 2016, quando o STF decidiu, em sede de repercussão geral, cuja íntegra do acórdão foi publicada em abril de 2017, pelo direito a recuperação da diferença do imposto pago (ICMS-ST) sobre a margem estabelecida na compra de produtos para revenda e aquela apurada na venda ao consumidor final. Por ocasião de nova portaria (CAT 42, emitida em maio/2018) no estado de São Paulo, houve novas perspectivas de realização do ICMS-ST no Estado o que resultou na reversão da provisão para não realização de R\$369 em 2018 pela Companhia.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual garante a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada estado.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia. A Companhia têm realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, líquido da provisão de R\$28 conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ano	Valor
Em 1 ano	137
De 1 a 2 anos	248
De 2 a 3 anos	272
De 3 a 4 anos	250
De 4 a 5 anos	69
Após 5 anos	4
Total	980

10.2 Crédito de PIS e COFINS

Da mesma forma que o conceito para ICMS, a Companhia registra créditos de PIS e COFINS, todas as vezes em que evidências conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito. As evidências incluem: i) interpretação da legislação tributária; ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise; e iii) avaliação contábil sobre o tema. Estes créditos são registrados como redutores das contas de resultado sobre as quais são calculados estes créditos.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

11 Partes Relacionadas

11.1 Saldos e transações com partes relacionadas

	Saldos do Ativo				Saldos do Passivo			
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Controlador								
CBD	12	9	-	2	16	1	101	90
	12	9	-	2	16	1	101	90
Outras partes relacionadas								
Novasoc Comercial Ltda.	-	-	4	4	-	-	4	4
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	-	7	6	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	(1)	1
	-	-	11	10	-	-	3	5
Total	12	9	11	12	16	1	104	95

	Transações			
	Compras		Receitas (Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Controlador				
CBD	7	5	(110)	(109)
Total	7	5	(110)	(109)

As transações com partes relacionadas estão representadas por operações realizadas segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

(i) FIC: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infra-estrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados "desconto financeiro"); (iii) receitas de aluguel de imóveis; e (iv) convênio de rateio de custos.

(ii) CBD e Novasoc: compreendem os valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como tesouraria, contabilidade, jurídico e outros.

11.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração da diretoria estatutária que foram registradas no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$19 (R\$21 em 31 de dezembro de 2017), assim demonstrados:

	Base salário	Remune- ração Variável	Total
2018	9	10	19
2017	10	11	21

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

12 Imobilizado

12.1 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Deprecia- ções	Transferên- cias e Outros (*)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Deprecia- ções	Transferên- cias e Outros (**)	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	144	-	-	-	117	261	45	-	-	42	348
Edifícios	242	109	(20)	(8)	114	437	170	(3)	(13)	(8)	583
Benfeitorias e Melhoramentos	1.049	273	(25)	(69)	118	1.346	421	(30)	(95)	91	1.733
Equipamentos	288	122	(7)	(57)	5	351	142	(8)	(69)	-	416
Instalações	113	60	(4)	(12)	21	178	57	(3)	(15)	4	221
Móveis e Utensílios	142	52	(2)	(20)	(3)	169	79	(5)	(26)	9	226
Imobilizações em andamento	85	36	(1)	-	(77)	43	52	(12)	-	(44)	39
Outros	28	10	-	(7)	(3)	28	11	-	(10)	-	29
Subtotal	2.091	662	(59)	(173)	292	2.813	977	(61)	(228)	94	3.595
Arrendamento Mercantil Financeiro											
Edifícios	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1
Equipamentos	9	-	-	(2)	(1)	6	-	-	(2)	-	4
Hardware	4	-	-	(2)	-	2	-	-	(1)	-	1
Instalações	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	6	-	-	(1)	(2)	3	-	-	(1)	-	2
Subtotal	20	-	-	(5)	(3)	12	-	-	(4)	-	8
Total	2.111	662	(59)	(178)	289	2.825	977	(61)	(232)	94	3.603

(*) Na coluna de transferências está sendo apresentada a integralização de capital por meio de imóveis da controladora CBD no montante de R\$288, vide nota explicativa nº 21.1, sobre este valor foi constituída uma provisão para baixa de ativos no valor de R\$41.

(**) Na coluna de transferências está sendo apresentada a integralização de capital por meio de imóveis da controladora CBD no montante de R\$99, vide nota explicativa nº 21.1, sobre este valor foi constituída uma provisão para baixa de ativos no valor de R\$31.

12.2 Composição do imobilizado

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo histórico	Deprecia- ção acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Deprecia- ção acumulada	Valor líquido
Terrenos	348	-	348	261	-	261
Edifícios	669	(86)	583	516	(79)	437
Benfeitorias e Melhoramentos	2.112	(379)	1.733	1.646	(300)	1.346
Equipamentos	668	(252)	416	545	(194)	351
Instalações	275	(54)	221	220	(42)	178
Móveis e Utensílios	326	(100)	226	242	(73)	169
Imobilizações em andamento	39	-	39	43	-	43
Outros	70	(41)	29	59	(31)	28
	4.507	(912)	3.595	3.532	(719)	2.813
Arrendamento Mercantil Financeiro						
Edifícios	3	(2)	1	3	(2)	1
Equipamentos	23	(19)	4	26	(20)	6
Hardware	8	(7)	1	9	(7)	2
Instalações	1	(1)	-	1	(1)	-
Móveis e Utensílios	13	(11)	2	13	(10)	3
Subtotal	48	(40)	8	52	(40)	12
Total Imobilizado	4.555	(952)	3.603	3.584	(759)	2.825

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia em demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa nº17.5.

12.3 Capitalização de juros dos empréstimos

O valor dos custos de empréstimos capitalizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$12 (R\$8 em 31 de dezembro de 2017). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 101,78% (101,66% em 31 de dezembro de 2017) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

12.4 Adições ao ativo imobilizado

	31/12/2018	31/12/2017
Adições (i)	977	662
Juros capitalizados	(12)	(8)
Financiamento de imobilizado - Adições (ii)	921	(372)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos (ii)	(863)	435
Total	1.023	717

(i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se a compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

(ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

12.5 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contabiliza no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$10 (R\$6 em 31 de dezembro de 2017), referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à UGC. Vide mais detalhamento na nota explicativa nº5.1.

13 Intangível

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Amortizações	Transfêrência	Saldo em 31/12/2017	Adições	Amortizações	Transfêrência (*)	Saldo em 31/12/2018
Ágio	619	-	-	(1)	618	-	(2)	-	616
Softwares	41	18	(8)	-	51	17	(10)	3	61
Fundo de Comércio	34	5	-	2	41	24	-	232	297
Marcas	39	-	-	-	39	-	-	-	39
Total Intangível	733	23	(8)	1	749	41	(12)	235	1.013

(*) Direito contratual de exploração das lojas do Paes Mendonça, vide nota explicativa nº8.1.

	Saldo em 31/12/2018			Saldo em 31/12/2017		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	1.103	(255)	848	871	(253)	618
Softwares	93	(32)	61	73	(22)	51
Fundo de Comércio	65	-	65	41	-	41
Marcas	39	-	39	39	-	39
Total do Intangível	1.300	(287)	1.013	1.024	(275)	749

13.1 Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio adquirido por meio de combinações de negócios e marcas com vidas úteis indefinidas que foram alocados na Companhia.

O valor recuperável dos segmentos foi determinado por meio de cálculo com base no valor em uso de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração, para os próximos três anos. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Vide mais detalhamento na nota explicativa nº5.1 (b).

13.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Os fundos de comércio com vida útil definida são testados seguindo as mesmas premissas utilizadas nos demais testes de recuperabilidade da Companhia (nota explicativa nº5.1 (b)) seguindo o prazo de utilização destes ativos.

14 Fornecedores

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de produtos		3.564	2.769
Fornecedores de serviços		417	321
Acordos comerciais	14.2	(374)	(320)
Total		3.607	2.770

14.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia possui convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela Companhia.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

14.2 Acordos Comerciais

Incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorram pelo montante líquido.

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição da dívida

	Nota	Taxa média ponderada	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Empréstimos e financiamentos				
Em moeda nacional				
BNDES		3,91% a.a.	7	7
		TR + 9,8% a.a.	14	14
Capital de giro				
Arrendamento financeiro	18		4	5
Total moeda nacional			25	26
Em moeda estrangeira				
Capital de giro		USD + 4,33%	380	1
Capital de giro		USD + 2,69%	275	-
Contratos de <i>swap</i>		101,72% do CDI	(43)	-
Total moeda estrangeira			612	1
Total Circulante			637	27

	Nota	Taxa média ponderada	31/12/2018	31/12/2017
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos				
Em moeda nacional				
BNDES		3,91% a.a.	23	31
		TR + 9,8% a.a.	81	91
Capital de giro				
Arrendamento financeiro	18		5	8
Contratos de <i>swap</i>		101,72% do CDI	(9)	(16)
Custo de captação			(2)	(2)
Total Moeda nacional			98	112
Em moeda estrangeira				
Capital de giro		USD + 1,95 a.a.	-	331
Contratos de <i>swap</i>		105,4% do CDI	-	1
Total moeda estrangeira			-	332
Total Não circulante			98	444
Total			735	471
Ativo circulante			43	-
Ativo não circulante			9	16
Passivo circulante			680	27
Passivo não circulante			107	460

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15.2 Movimentação dos empréstimos

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	331
Captações – capital de giro	338
Provisão de juros	20
Contratos de <i>swap</i>	1
Marcação a mercado	(8)
Variação cambial e monetária	10
Amortização de juros	(73)
Amortização de principal	(135)
Amortização de <i>swap</i>	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	471
Captações – capital de giro	417
Provisão de juros	30
Contratos de <i>swap</i>	(50)
Marcação a mercado	10
Variação cambial e monetária	63
Amortização de juros	(24)
Amortização de principal	(175)
Amortização de <i>swap</i>	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	735

15.3 Cronograma de vencimentos não circulantes

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
De 1 a 2 anos	20
De 2 a 3 anos	18
De 3 a 4 anos	18
De 4 a 5 anos	13
Após 5 anos	31
Total	100
Custo de captação	(2)
Total	98

16 Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Notas	Valor contábil	
		31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Partes relacionadas - ativo	11	11	12
Contas a receber e outras contas a receber	7 e 8	193	281
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.411	891
Instrumentos Financeiros - <i>Hedge</i> de valor justo - "Ponta Ativa"		52	16
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e tickets de vendas	7 e 8	51	194
Passivos financeiros			
Outros passivos financeiros - custo amortizado			
Partes relacionadas - passivo		(104)	(95)
Fornecedores	14	(3.607)	(2.770)
Empréstimos e financiamentos	15	(37)	(48)
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	15	(750)	(437)
Instrumentos Financeiros - <i>Hedge</i> de valor justo - "Ponta Passiva"		-	(2)
Exposição líquida		(2.780)	(1.958)

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos abaixo:

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

16.1.1 Risco de Crédito

• Caixa e equivalentes de caixa

A fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

• Contas a receber

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são antecipados aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para às contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança.

Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

16.1.2 Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

16.1.3 Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

16.1.4 Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	(787)	(487)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.411	891
(-) Instrumentos financeiros derivativos	52	16
Caixa líquido	676	420
Patrimônio líquido	(4.209)	(3.118)
% Caixa líquido sobre Patrimônio líquido	16%	13%

16.1.5 Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	710	92	45	847
Instrumentos financeiros derivativos	(44)	(6)	(2)	(52)
Arrendamento Mercantil Financeiro	6	7	5	18
Fornecedores	3.607	-	-	3.607
Total	4.279	93	48	4.420

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16.1.6 Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de referência dos contratos era R\$705 (R\$439 em 31 de dezembro de 2017). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 48, a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

	Valor de referência		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Swap com contabilização de hedge				
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)	705	439	750	437
Posição ativa (comprada)				
Taxa pré-fixada	106	106	95	106
USD + Fixa	599	333	655	331
Posição passiva (vendida)	(705)	(439)	(698)	(421)
Posição de <i>hedge</i> líquida	-	-	52	16

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R\$52 (R\$16 em 31 de dezembro de 2017), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros" e o passivo em "Empréstimos e financiamentos".

Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 resultaram em um ganho de R\$69 (R\$30 em 31 de dezembro de 2017).

16.1.7 Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, que são divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais "versus" CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

16.2 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$3,99 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 6,66% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Transações	Risco (Redução do CDI)	Saldo em 31/12/2018	Projeções de mercado		
			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos e financiamentos					
Contrato de <i>swap</i> de taxa pré-fixada (ponta passiva)	101,88% do CDI	(86)	(168)	(170)	(173)
Contrato de <i>swap</i> cambial (ponta passiva)	101,72% do CDI	(612)	(682)	(690)	(698)
Efeito líquido (perda) total		(698)	(850)	(860)	(871)
Equivalentes de caixa	86,47%	1.359	1.448	1.426	1.403
Exposição líquida ganho (perda):		661	598	566	532
Efeito líquido ganho (perda):			(63)	(95)	(129)

16.3 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

Instrumento financeiro a valor justo por meio de resultado	Valor contábil		Valor justo		Nível (*)
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Swaps de taxas de juros	52	16	42	16	Nível 2
Empréstimos e Financiamentos (valor justo)	(750)	(439)	(750)	(439)	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(37)	(48)	-	(36)	Nível 2
	(735)	(471)	(708)	(459)	

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

A posição das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Contra-partes	Valor de referência	Data da contratação	Vencimen-to	Valores a pagar ou a receber		Valor justo	
					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Swaps cambiais registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP								
(US\$ X CDI):								
	Banco Tokyo	US\$ 100	12/12/2017	12/12/2019	52	(3)	42	(2)
	Banco Bradesco	US\$ 70	18/06/2018	13/06/2019	3	-	1	-
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP								
(Taxa pré-fixada x CDI):								
	Itaú BBA	R\$ 54	14/01/2015	05/01/2027	3	3	5	8
	Itaú BBA	R\$ 52	26/05/2015	05/05/2027	2	2	4	8
					60	2	52	14

17 Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Previdenciária e			Total
	Tributário	trabalhista	Cíveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	174	43	37	254
Adições	56	11	20	87
Reversão	(42)	(8)	(23)	(73)
Pagamento	-	-	(4)	(4)
Atualização monetária	11	6	3	20
Saldo em 31 de dezembro de 2017	199	52	33	284
Adições	2	8	10	20
Reversão	(49)	(11)	(6)	(66)
Pagamento	-	(2)	(4)	(6)
Atualização monetária	(5)	6	3	4
Saldo em 31 de dezembro de 2018	147	53	36	236

17.1 Tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

17.1.1 Fiscais

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2011; e (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2018 para esses assuntos é de R\$147 (R\$199 em 31 de dezembro de 2017).

17.2 Trabalhista

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$53 (R\$52 em 31 de dezembro de 2017), referente ao potencial de risco de perda em relação as reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

17.3 Cível e Outros

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

A Companhia ajuíza e responde a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2018, o montante da provisão para essas ações é de R\$28 (R\$25 em 31 de dezembro de 2017), para as quais não há depósitos judiciais.

A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONS), INMETRO e Prefeituras. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2018, o montante da provisão para essas ações é de R\$8 (R\$8 em 31 de dezembro de 2017).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2018 é de R\$36 (R\$33 em 31 de dezembro de 2017).

17.4 Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R\$2.405 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.077 em 31 de dezembro de 2017), e são relacionadas principalmente a:

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

IRPJ, IRRF, CSLL - A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. Os processos aguardam julgamento administrativo e judicial. O montante envolvido equivale a R\$440 em 31 de dezembro de 2018 (R\$447 em 31 de dezembro de 2017).

COFINS, PIS – A Companhia vem sendo questionada sobre divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$667 de 31 de dezembro de 2018 (R\$473 em 31 de dezembro de 2017).

ICMS - A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; e (ii) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$1.195 em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.056 em 31 de dezembro de 2017), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.

ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se às autuações de divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS – ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo valor monta R\$27 em 31 de dezembro de 2018 (R\$31 em 31 de dezembro de 2017) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

INSS – A Companhia foi autuada pela incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$20 em 31 de dezembro de 2018 (R\$6 em 31 de dezembro de 2017). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$56 em 31 de dezembro de 2018 (R\$64 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2018 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$14 (R\$7 em 31 de dezembro de 2017).

17.5 Garantias

A Companhia concedeu garantias aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	Cartas de fiança		Total
	Imóveis		
Tributários	1	344	345
Trabalhistas	-	17	17
Cíveis e outros	-	6	6
Total	1	367	368

O custo das garantias é aproximadamente 0,7% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

17.6 Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalizações em períodos que variam entre 5 e 30 anos.

17.7 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes as decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais.

Processos	31/12/2018	31/12/2017
Tributários	67	64
Trabalhistas	41	46
Cíveis e outras	10	10
Total	118	120

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18 Operações de arrendamento mercantil

18.1 Arrendamento operacional

(i) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que os contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência. Na ocorrência de cancelamento do contrato, serão devidos pagamentos mínimos de rescisão, os quais podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal sobre o valor total do aluguel remanescente até o final do contrato, como está demonstrado no quadro a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pagamentos mínimos de aluguéis:		
Pagamentos mínimos na rescisão	44	37

(ii) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 1,6% das vendas.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas (receitas) no exercício:		
Pagamentos não contingentes e contingentes	227	197
Subarrendamentos (*)	(11)	(8)

(*) Refere-se aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

18.2 Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$18 em 31 de dezembro de 2018 (R\$23 em 31 de dezembro de 2017), de acordo com o quadro a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos		
De 1 a 5 anos	7	11
Mais de 5 anos	2	2
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<u>9</u>	<u>13</u>
Encargos futuros de financiamento	9	10
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<u>18</u>	<u>23</u>

19 Receitas antecipadas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<i>Back Lights</i>	125	93
<i>Checkstand</i>	9	6
Receita com operadoras de cartão de crédito	15	-
Outros	13	5
Total	<u>162</u>	<u>104</u>

A Companhia recebeu antecipadamente valores referentes aos aluguéis de painel luminosos "*back light*", módulos de exposição de produtos "*checkstand*" por exposição de produtos dos seus fornecedores e antecipações de *front fee* com as operadoras de crédito.

20 Imposto de renda e contribuição social

20.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.588	731
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(540)</u>	<u>(249)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Multas fiscais	(1)	(1)
Juros sobre capital próprio	39	28
Benefícios fiscais	13	-
Outras diferenças permanentes	-	3
Imposto de renda efetivo	<u>(489)</u>	<u>(219)</u>
Imposto de renda e contribuição social do exercício		
Corrente	(302)	(142)
Diferido	(187)	(77)
Despesas de imposto de renda e contribuição social	<u>(489)</u>	<u>(219)</u>
Taxa efetiva	30,8%	30,0%

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20.2 Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízos fiscais	-	-	-	14	-	14
Provisão para demandas judiciais	60	-	60	81	-	81
Amortização fiscal de ágio	-	(287)	(287)	-	(273)	(273)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(134)	(134)	-	-	-
Outros	53	(15)	38	54	(12)	42
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	113	(436)	(323)	149	(285)	(136)
Compensação	(113)	113	-	(149)	149	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	-	(323)	(323)	-	(136)	(136)
Passivo não circulante			(323)			(136)

20.3 Movimentações em imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
No início do exercício	(136)	(59)
Benefícios (despesas) no exercício	(187)	(77)
No final do exercício	(323)	(136)

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social e direitos das ações

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$2.351 (R\$2.252 em 31 de dezembro de 2017), representado por 2.111 mil ações ordinárias (2.055 mil em 31 de dezembro de 2017), todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2018 foi aprovado: (i) a integralização de capital por meio de 3 imóveis no valor de R\$99, mediante a emissão de 56 milhões de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2017, foi aprovado o aumento de capital mediante a capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor de R\$53, realizado em 2017, sem emissão de novas ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2017, foi aprovado: (i) o aumento de capital mediante a capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor de R\$15, realizado em 2017; e (ii) a integralização de capital por meio de 15 imóveis no valor de R\$211, mediante a emissão de 161 milhões de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 1º de dezembro de 2017, o Capital Social da Companhia foi aumentado em R\$77 por meio de 7 imóveis. Tal aumento de capital foi ratificado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de janeiro de 2018.

21.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$115, sobre o qual foi efetuada a dedução do imposto retido na fonte no valor de R\$17, correspondendo ao valor líquido de R\$98.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2017, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$81, sobre o qual foi efetuada a dedução do imposto retido na fonte no valor de R\$12, correspondendo ao valor líquido de R\$69.

Os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio e os dividendos distribuídos no exercício. Todas as ações da Companhia, ordinárias ou preferenciais, participam em igualdade de condições das distribuições de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio.

Os lucros líquidos ou prejuízos terão a destinação que lhes for determinada pelos acionistas, sendo que sua distribuição, se houver, será feita na proporção por eles estabelecida na ocasião.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

21.3 Reservas de lucros

Reserva legal: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital, conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	1.099	512
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	55	26

21.4 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

Em 9 de maio de 2014, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (i) a descontinuação do Plano de Opção de Compra de Ações "Ações com Açúcar" ("Plano de Opção Antigo"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, para novas outorgas de opções, sem prejuízo das opções já outorgadas que permanecerão em vigor sob os mesmos termos e condições; (ii) a criação do Plano de Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga ("Plano de opção"); e (iii) a criação do Plano de remuneração em opção de compra de ações e seu respectivo contrato padrão de outorga ("Plano de remuneração" e, em conjunto com o Plano de opção antigo e o Plano de opção, os "Planos").

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2018.

21.4.1 Plano de remuneração

O Plano de remuneração da Companhia é administrado pelo Conselho de Administração da CBD, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B3, B4 e B5 do Plano de remuneração.

As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela CBD, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da CBD, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações de, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

21.4.2 Plano de opção

O Plano de opção da Companhia será administrado pelo Conselho de Administração da CBD, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C3, C4 e C5 do Plano de opção.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano da remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da CBD, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

21.4.3 Informações dos planos de opções de compra de ações - GPA

A CBD instituiu dois planos de opção de compra de ações preferenciais em 2018, sendo séries B5 e C5.

Conforme os termos dos planos das séries, inclusive séries B5 e C5, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação preferencial da CBD. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário de um dos segmentos varejo ou atacado de autosserviços. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, inclusive séries B5 e C5, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da CBD. Para este plano foram outorgados 1.188 mil opções de ações.

Em 31 de dezembro de 2018, havia 233 mil ações preferenciais em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação preferencial da CBD na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$80,98 para cada ação.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2018 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade de ações total	266.845	266.579
Saldo das séries outorgadas em vigor	2.755	2.539
Percentual máximo de diluição	1,03%	0,95%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B1 e C1: (a) expectativa de dividendos de 0,96%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 22,09% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,70%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B2 e C2: (a) expectativa de dividendos de 1,37%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 24,34% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 12,72%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B3 e C3: (a) expectativa de dividendos de 2,50%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 30,20% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 13,25%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B4 e C4: (a) expectativa de dividendos de 0,57%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 35,19% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,28% e 10,07%; período de *vesting* de 18 a 36 meses.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B5 e C5: (a) expectativa de dividendos de 0,41%, (b) expectativa de volatilidade de 36,52% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,29%.

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2018 é de 1,25 (1,53 anos em 31 de dezembro de 2017). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$45,24 (R\$39,07 em 31 de dezembro de 2017).

Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2017		
Outorgadas durante o exercício	1.073	28,40
Canceladas durante o exercício	(110)	40,56
Exercidas durante o exercício	(699)	22,14
Expiradas durante o exercício	(116)	83,22
Em aberto no fim do exercício	2.539	29,48
Total a exercer em 31 de dezembro de 2017	2.539	29,48
Em 31 de dezembro de 2018		
Outorgadas durante o exercício	1.378	30,91
Canceladas durante o exercício	(229)	38,64
Exercidas durante o exercício	(697)	31,96
Expiradas durante o exercício	(236)	68,62
Em aberto no fim do exercício	2.755	26,03
Total a exercer em 31 de dezembro de 2018	2.755	26,03

Os valores registrados no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$8 (R\$4 em 31 de dezembro de 2017).

22 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional bruta		
Mercadorias	25.075	20.213
Prestação de serviços	17	3
	25.092	20.216
(-) Deduções da Receita		
Devoluções e cancelamento de vendas	(49)	(41)
Impostos	(2.026)	(1.631)
	(2.075)	(1.672)
Receita operacional líquida	23.017	18.544

23 Despesas por natureza

	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado
Custo com estoques	(18.561)	(15.394)
Despesas com pessoal	(1.376)	(1.135)
Serviços de terceiros	(152)	(117)
Despesas comerciais	(331)	(263)
Despesas funcionais	(615)	(489)
Outras despesas	(145)	(109)
	(21.180)	(17.507)
Custo das mercadorias vendidas	(18.845)	(15.585)
Despesas com vendas	(2.057)	(1.685)
Despesas gerais e administrativas	(278)	(237)
	(21.180)	(17.507)

24 Outras despesas operacionais, líquidas

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado com ativo imobilizado	(39)	(46)
Reversão (Provisão) para demandas judiciais	40	(35)
Outras	(9)	(1)
Total	(8)	(82)

Sendas Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25 Resultado financeiro líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras		
Custo da dívida	(43)	(29)
Custo e desconto de recebíveis	(40)	(36)
Atualizações monetárias passivas	(1)	(16)
Outras despesas financeiras	(7)	(5)
Total de Despesas financeiras	(91)	(86)
Receitas financeiras		
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	4	5
Atualizações monetárias ativas	80	29
Outras receitas financeiras	-	4
Total de Receitas financeiras	84	38
Total	(7)	(48)

26 Transações não caixa

Durante 2018 e 2017 a Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e portanto não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Reconhecimento de créditos tributários de ICMS, conforme nota explicativa nº10;
- Aumento de capital na Companhia com imobilizado na nota explicativa nº12;
- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos na nota explicativa nº12.4;
- Provisionamento de novas demandas judiciais na nota explicativa nº17;
- Provisionamento do imposto de renda diferido na nota explicativa nº20.

27 Cobertura de seguros

Os montantes da cobertura de seguros são contratados de forma centralizada para o GPA, sendo que os custos são repassados para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura global de seguros do GPA é resumida como segue:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura	
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	7.318	5.501
Lucro	Lucros cessantes	3.080	2.293
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	4	412

(*) o valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão assegurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas - FIPE.

Adicionalmente, o GPA mantém apólices específicas para responsabilidade civil geral e administradores, risco de proteção e fraude (Crime) e risco de proteção de danos e responsabilidade cibernética (Cyber) no montante de R\$308.

28 Eventos subsequentes

28.1 Captação de Empréstimos

Em 3 de janeiro de 2019 a Companhia firmou contrato de empréstimos em moeda estrangeira com o banco Scotiabank no valor de US\$50, que corresponde a R\$197. O contrato tem vencimento em 27 de dezembro de 2019 e pagamento semestral dos juros. Na mesma data a Companhia assinou contrato de *swap*, com a mesma instituição financeira, trocando o risco cambial por percentual do CDI.

28.2 Aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2019, foi aprovado: (i) o aumento de capital por meio de 2 imóveis no valor de R\$67, mediante a emissão de 33 milhões de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.